

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 09 de julho de 2024, às 17h, em cumprimento aos artigos 133 do Regimento Interno, reuniram-se na sala de reunião das comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Altair Silva e Vice-Presidência do Senhor Deputado Massocco, os deputados membros da Comissão: Deputado Oscar Gutz e Deputado Volnei Weber. Justificada ausência do Deputado Camilo Martins, conforme Ofício Interno nº 1341856/2024/GAB-DEP-CAMILO MARTINS; Deputado Napoleão Bernardes, conforme Ofício Interno nº 1345928/2024/GAP-DEP-NAPOLEAO BERNARDES; e Deputado Neodi Saretta, conforme Ofício Interno nº 1341219/2024/GAP-DEP-NEODI SARETTA. Havendo quórum Regimental, o Senhor Presidente abriu a 9ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural, cumprimentando os presentes e abrindo a Ordem do Dia, apresentando seu relatório referente ao PL./530/20231, de autoria do Deputado Padre Pedro Baldissera, que “acrescenta dispositivos à Lei 18.634/2023, que instituiu a Política Estadual de Desenvolvimento e Expansão da Apicultura e Meliponicultura (Polimel) e o Programa Estadual de Incentivo à Apicultura e Meliponicultura (Promelu)”. A iniciativa visa fortalecer e apoiar a apicultura em Santa Catarina, promovendo o desenvolvimento sustentável desse setor. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente abriu o debate sobre as dificuldades enfrentadas pelo setor de produção da maçã, com foco nos obstáculos encontrados para a exportação e no desenvolvimento da cadeia produtiva. Este debate foi realizado em atendimento ao Requerimento nº 0087/2024, de autoria do Presidente, aprovado por esta comissão. O Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Moisés Lopes de Albuquerque, Diretor Executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Maçã (ABPM), que destacou a importância do setor da maçã em Santa Catarina e a sua liderança nacional junto ao Rio Grande do Sul. O Senhor Moisés mencionou que a produção está concentrada na Serra Catarinense e que a tecnologia de pós-colheita permite a comercialização anual. Ele apontou um atraso logístico de 12 dias e um custo adicional de R\$4.000 por contêiner devido à falta de inspeção fitossanitária na origem, solicitando a implementação de um modelo de inspeção semelhante ao do Rio Grande do Sul para melhorar a competitividade. Com a palavra, o Senhor Rafael Vieira Grillo, da Associação dos Produtores de Maçã e Pêra de Santa Catarina (AMAPE), reforçou a necessidade de agregar valor à cadeia produtiva da maçã e pediu políticas públicas que incentivem o desenvolvimento e a inovação, além de melhorias nas inspeções fitossanitárias para fortalecer a posição de Santa Catarina no mercado nacional e internacional. O Senhor Mauricio José Montibeller, Secretário Executivo da AMAPE, complementou as falas anteriores, enfatizando a necessidade urgente de uma inspeção sanitária na origem para a cadeia produtiva da maçã em São Joaquim. Ele destacou as perdas econômicas para o Estado devido à exportação via Rio Grande do Sul e solicitou que o Ministério da Agricultura considere seriamente a implantação dessa unidade de inspeção. Logo após o Dr. André Luiz Rabello Vallim, Superintendente Substituto do MAPA, esclareceu as limitações legais e logísticas do Ministério da Agricultura para criar uma unidade de inspeção em São Joaquim. Ele explicou que a emissão de certificados fitossanitários para exportação deve ser realizada por um órgão federal e que a criação de uma unidade técnica regional exige autorização ministerial e recursos que atualmente são escassos, também sugeriu a possibilidade de criar forças-tarefas para realizar a inspeção na origem durante o pico da safra, como feito em 2019, enquanto se busca uma solução permanente. Ele enfatizou a importância de continuar pressionando politicamente o Ministério para que se possa viabilizar a criação de uma unidade técnica em São Joaquim no futuro. O Senhor Presidente sugeriu a elaboração de uma Moção de Apoio que será encaminhada ao Plenário da Assembleia Legislativa e à bancada federal catarinense, reforçando a demanda por uma unidade técnica na região serrana para atender às necessidades do setor, sugestão acatada pelos demais membros da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e convidados e encerrou a presente reunião, da qual eu, Adriano Rotta, Assessor de Comissão Permanente, lavrei esta Ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala de reuniões das comissões, 09 de julho de 2024.

Deputado **Altair Silva**

Presidente da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Processo SEI 24.0.000039372-6

— * * * —